
ÍNDICE SISTEMÁTICO

Obras do autor Arnaldo Rizzardo

Capítulo I – O efeito do tempo

1. A vida dos direitos
2. Os limites temporais para o exercício do direito
3. O decurso do tempo e liberação de obrigações

Capítulo II – Prescrição e decadência

1. Prescrição como perda de ação para exercer um direito
2. A decadência como perda do direito
3. A distinção entre prescrição e decadência
4. A origem e a importância da prescrição e da decadência

Capítulo III – A prescrição nas ações pessoais e nas ações reais

Capítulo IV – O início da prescrição e início do prazo para o exercício da ação

Capítulo V – Prescrição e decadência diante da classificação das ações

Capítulo VI – Renúncia da prescrição e da decadência

Capítulo VII – A prescrição aquisitiva e a extintiva ou liberatória

Capítulo VIII – Prescrição como exceção

Capítulo IX – Proibição em alterar os prazos da prescrição e faculdade de as partes estabelecerem a decadência

Capítulo X – Prescrição intercorrente

1. A inércia no andamento do processo judicial pelo período da prescrição
2. A contagem do início do prazo de prescrição
3. O decurso do prazo para o cumprimento de medidas judiciais nas execuções fiscais
4. A decretação de ofício da prescrição intercorrente nas execuções fiscais

Capítulo XI – Prescrição, perempção e preclusão

Capítulo XII – Momento e legitimidade para a alegação da prescrição

Capítulo XIII – A prescrição quanto aos relativamente incapazes

Capítulo XIV – Possibilidade de o juiz decretar de ofício a prescrição e a decadência

Capítulo XV – A continuação da prescrição na sucessão de obrigações ou direitos

Capítulo XVI – A prescrição dos direitos acessórios e da exceção

Capítulo XVII – Suspensão da prescrição

1. A ideia de suspensão e distinções
2. A classificação segundo o Código Civil e casos especiais

Capítulo XVIII – Interrupção da prescrição

1. O efeito da interrupção e distinções
2. Situações que estabelecem a interrupção segundo o Código Civil
3. Interrupção da prescrição pela citação e improcedência ou extinção da ação
4. Interrupção pela citação em pedido de tutela provisória
5. O recomeço da prescrição interrompida
6. Legitimidade para promover a interrupção da prescrição

Capítulo XIX – Aplicação da lei no tempo em matéria de prescrição

Capítulo XX – Aumento ou redução do prazo prescricional e decadencial no curso de uma relação jurídica

Capítulo XXI – Citação nula e prescrição

Capítulo XXII – A extensão da prescrição perante terceiros e solidariedade

Capítulo XXIII – Prazos da prescrição no Código Civil

1. O conceito de prazo e seu início
2. Prazo ordinário
3. Prazos especiais
 - 3.1. A pretensão para o pagamento das despesas de hospedagem e de alimentação
 - 3.2. A pretensão do segurado contra o segurador, ou deste contra aquele e ação de regresso
 - 3.3. A pretensão na percepção de emolumentos, custas e honorários de árbitros e peritos
 - 3.4. A pretensão contra os peritos, pela avaliação de bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima
 - 3.5. Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes
 - 3.6. Pretensão a prestações alimentícias
 - 3.7. Pretensão às prestações relativas a aluguéis
 - 3.8. Pretensão ao recebimento de prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias
 - 3.9. Pretensão em haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias
 - 3.10. Pretensão ao ressarcimento por enriquecimento sem causa

- 3.11. Pretensão à reparação civil
- 3.12. Pretensão à restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé
- 3.13. Pretensão ao ressarcimento contra fundadores, administradores, fiscais e liquidantes de sociedades anônimas
- 3.14. Pretensão para haver o pagamento de títulos de crédito
- 3.15. Pretensão do beneficiário e do terceiro prejudicado no seguro obrigatório
- 3.16. Pretensão relativa à tutela
- 3.17. Pretensão para a cobrança de dívidas líquidas
- 3.18. Pretensão dos profissionais liberais, dos procuradores judiciais, dos curadores e dos professores por seus honorários
- 3.19. Pretensão para reaver o que se despendeu em juízo

Capítulo XXIV – O começo da prescrição para exercer a pretensão na pendência de ação penal

Capítulo XXV – Prescrição da pretensão para a reparação do dano moral por crime de imprensa

Capítulo XXVI – A prescrição e o cumprimento da pretensão indenizatória

Capítulo XXVII – A prescrição no redirecionamento da ação contra o administrador ou sócio da pessoa jurídica

Capítulo XXVIII – A prescrição no usucapião

1. A prescrição aquisitiva
2. O usucapião *pro labore*
3. Usucapião especial de terras rurais e sistemas legais vigentes
4. Usucapião extraordinário
5. Usucapião ordinário
6. Usucapião especial urbano individual e coletivo
7. Usucapião especial urbano em favor do cônjuge ou companheiro separado que permanece no imóvel
8. Suspensão e interrupção do prazo prescricional no usucapião
9. A interrupção da prescrição relativamente ao usucapiente herdeiro pela transmissão da herança

Capítulo XXIX – A prescrição na partilha anulável e na partilha nula

1. A anulação por vícios ou defeitos
2. As nulidades absolutas e o tratamento diante das nulidades relativas
3. A anulação da partilha amigável

Capítulo XXX – Prescrição da ação de petição de herança

Capítulo XXXI – A prescrição nas colações e nas doações inoficiosas

1. O conceito de colação
2. A finalidade da colação

3. Herdeiros obrigados à colação
4. Exceções à colação
5. A prescrição da ação visando à colação
6. A prescrição da ação visando à anulação da doação inoficiosa

Capítulo XXXII – A prescrição na sonegação de bens

Capítulo XXXIII – A prescrição no dano moral

1. Caracterização e espécies
2. Posições sobre a prescrição
3. A predominância da prescrição no prazo de dez anos

Capítulo XXXIV – O prazo da prescrição para a prestação de alimentos e para a prestação da indenização com caráter alimentar

Capítulo XXXV – A prescrição nos planos de saúde

1. Noções sobre os planos de saúde
2. Espécies de planos de saúde
3. A contratação de associados
4. Doenças e Lesões Preexistentes (DLP) e cobertura parcial temporária
5. Renovação automática dos contratos após o vencimento
6. Proibição em recusar associados e em interromper o internamento
7. A mudança das contraprestações pecuniárias em função da idade, da sinistralidade ou da variação de custos
8. O tratamento da prescrição

Capítulo XXXVI – A prescrição e a decadência no condomínio edilício

Capítulo XXXVII – Prescrição para anular deliberações de Assembleia Geral e para reclamações contra a cooperativa

Capítulo XXXVIII – A prescrição no contrato de agência ou representação comercial

Capítulo XXXIX – A prescrição de prestações periódicas vencidas em obrigações de cumprimento parcelado e sucessivo

Capítulo XL – Prescrição do fundo do direito e prescrição das prestações

Capítulo XLI – A prescrição aquisitiva das servidões

1. As servidões objeto de aquisição pela prescrição
2. Usucapião ordinário
3. Usucapião extraordinário
4. Usucapião quanto ao modo do exercício da servidão

Capítulo XLII – A prescrição aquisitiva ou o usucapião da passagem forçada

Capítulo XLIII – Perda da servidão pelo não uso durante o prazo de dez anos

Capítulo XLIV – Prescrição nas infrações da ordem econômica

Capítulo XLV – A prescrição de dívidas bancárias

Capítulo XLVI – A prescrição no depósito bancário

1. Depósito bancário
2. Valores depositados em bancos e incidência das regras do mútuo
3. O prazo dos depósitos e da prescrição
4. A imprescritibilidade durante o depósito

Capítulo XLVII – A prescrição no direito administrativo

Capítulo XLVIII – A prescrição e as pessoas jurídicas de direito público

Capítulo XLIX – A prescrição à reclamação em face dos atos administrativos

Capítulo L – A prescrição da ação punitiva da Administração Pública Federal

Capítulo LI – A prescrição da ação disciplinar para a aplicação de penalidades administrativas a funcionários

1. As penalidades aplicáveis no plano federal
2. O começo do prazo de prescrição
3. Interrupção do prazo prescricional
4. Prazo para concluir da sindicância e do processo administrativo

Capítulo LII – Prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos públicos

Capítulo LIII – Aplicação do prazo de prescrição do Código Penal nas infrações administrativas

Capítulo LIV – A prescrição nas pretensões sobre águas públicas

Capítulo LV – A prescrição na improbidade administrativa

1. Atos atentatórios à Administração Pública
2. A prescrição para os ocupantes de cargos temporários
3. A prescrição para os ocupantes de cargos efetivos
4. A prescrição para as pessoas particulares que não desempenham a função pública
5. A prescrição no caso de concurso de agentes efetivos e temporários, e de pessoas particulares, por um mesmo fato
6. A prescrição das ações puramente ressarcitórias
7. Interrupção da prescrição pela citação e pela notificação
8. A condição da notificação na ação de improbidade administrativa para apresentar defesa e a prescrição

Capítulo LVI – A prescrição na ação civil pública

1. A propositura da ação e vigência dos direitos
2. A defesa de interesses a favor ou contra a Administração Pública
3. A defesa de interesses particulares
4. A defesa de interesses em violações permanentes ou que prosseguem no tempo
5. O cumprimento de sentença proferida na ação civil pública

Capítulo LVII – Prescrição e decadência nos créditos públicos não tributários de natureza patrimonial

Capítulo LVIII – A prescrição e a decadência na desapropriação

1. A abrangência da desapropriação
2. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública
3. A desapropriação por interesse social diferente da reforma agrária
4. A desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária
5. Desapropriação de imóveis urbanos para fins de urbanização
6. Processo de desapropriação e prazos decadenciais
7. Retrocessão e prescrição
8. Desapropriação indireta

Capítulo LIX – A prescrição na arbitragem

Capítulo LX – A prescrição e a decadência nas sociedades por ações

1. Conceito e distinções
2. Prazos de prescrição estabelecidos no Código Civil e na Lei nº 6.404/1976
 - 2.1. A pretensão contra os peritos, pela avaliação de bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima
 - 2.2. Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes
 - 2.3. Pretensão em haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias
 - 2.4. Pretensão à restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé
 - 2.5. Pretensão ao ressarcimento contra fundadores, administradores, fiscais e liquidantes de sociedades anônimas
 - 2.6. Prescrição na ação para buscar a complementação de ações
3. Prazos de prescrição estabelecidos na Lei nº 6.404/1976
 - 3.1. Pretensão à anulação da constituição da sociedade
 - 3.2. Pretensão à anulação das deliberações da assembleia geral
 - 3.3. Pretensão à restituição de valores pagos indevidamente
 - 3.4. Pretensão à indenização por danos causados pelo agente fiduciário
 - 3.5. Pretensão à indenização contra o vendedor que viola o dever de sigilo
 - 3.6. Pretensão contra a companhia

Capítulo LXI – A prescrição no uso das águas supérfluas das correntes comuns e das nascentes

Capítulo LXII – A prescrição na liquidação das instituições financeiras e das cooperativas de crédito

Capítulo LXIII – Prescrição e dano ambiental

1. Elementos do meio ambiente
2. O prazo prescricional da ação punitiva da Administração Pública
3. A interrupção da prescrição na incidência das cominações administrativas
4. A imprescritibilidade enquanto perdura o dano ambiental

Capítulo LXIV – A imprescritibilidade dos direitos fundamentais

1. Conceituação e natureza dos direitos fundamentais
2. A relação dos direitos fundamentais
3. A variação de categorias no tempo e gerações de direitos fundamentais
4. A imprescritibilidade
5. O tratamento dado pelos tribunais

Capítulo LXV – A imprescritibilidade das ações quanto aos bens públicos e das ações de ressarcimento ao erário público

Capítulo LXVI – A imprescritibilidade nos negócios ou atos nulos

1. A abrangência da invalidade dos atos ou negócios
2. Especificamente a nulidade do negócio jurídico
3. Impossibilidade de confirmação do negócio nulo e sua imprescritibilidade

Capítulo LXVII – A imprescritibilidade das terras ocupadas pelos indígenas

Capítulo LXVIII – A imprescritibilidade no direito à mudança de servidões

Capítulo LXIX – A imprescritibilidade do marido em contestar a paternidade dos filhos

Capítulo LXX – Imprescritibilidade da ação de nulidade relativa a impedimentos do casamento

Capítulo LXXI – A imprescritibilidade no direito penal

Capítulo LXXII – A decadência no Código Civil

Capítulo LXXIII – Exemplificações de decadência

Capítulo LXXIV – A decadência e a prescrição no campo do direito do consumidor

Capítulo LXXV – A decadência dos direitos dos investidores

Capítulo LXXVI – A decadência para a Administração Pública invalidar seus próprios atos e a decadência para se anular atos inconstitucionais

Capítulo LXXVII – A decadência na ação popular

Capítulo LXXVIII – A decadência no mandado de segurança

Capítulo LXXIX – A decadência e a prescrição perante as teorias do fato consumado, da *supressio* e da *surrectio*

1. Direitos imunes à ação do tempo em razão de perdurarem as situações fáticas e jurídicas
2. A teoria do fato consumado
3. O reconhecimento de direitos de uso ou proveito, embora contrários à convenção, com base nas teorias da *supressio* e da *surrectio*

Capítulo LXXX – A decadência e a prescrição nas várias modalidades de transporte de coisas

Capítulo LXXXI – Decadência em exigir que se desfaçam janelas e outras aberturas ou obras sobre o prédio vizinho

Capítulo LXXXII – Decadência do direito de preferência na alienação do imóvel durante o arrendamento e a parceria rural

Capítulo LXXXIII – Decadência do direito de preferência na venda de quinhão em coisa comum

Capítulo LXXXIV – Decadência do direito de preferência do locatário na transferência do imóvel

Capítulo LXXXV – Decadência na venda de ascendente a descendente

1. A anulabilidade e a visão na legislação anterior
2. A venda por interposta pessoa
3. O consentimento dos demais descendentes e do cônjuge do alienante
4. A necessidade do prejuízo aos demais descendentes e da prova da fraude
5. Oportunidade para a propositura da ação
6. Prazo de decadência e seu início
7. Venda anterior ao reconhecimento da paternidade

Capítulo LXXXVI – A decadência na revogação das doações

1. Revogação da doação por ingratidão
2. Causas de revogação
3. Revogação e direitos de terceiros
4. Prazo para promover a revogação
5. Revogação da doação por descumprimento de encargo

Capítulo LXXXVII – A decadência na venda *ad corpus* e na venda *ad mensuram*

1. Venda *ad corpus* e venda *ad mensuram*
2. Tipos de venda *ad corpus* e de venda *ad mensuram*
3. Alternativas judiciais oferecidas ao comprador
4. Excesso de área na venda
5. Decadência do direito de invocar a falta ou o excesso de área

Capítulo LXXXVIII – A decadência nos vícios redibitórios

1. Caracterização
2. Requisitos configuradores dos vícios redibitórios
3. Conhecimento ou desconhecimento dos vícios pelo alienante
4. Perecimento da coisa
5. Ações asseguradas ao adquirente
6. Erro e vício redibitório
7. Cláusula de renúncia à responsabilidade pelos vícios redibitórios
8. Prazo de decadência do direito

Capítulo LXXXIX – Decadência do direito de pedir a devolução do imóvel no arrendamento e parceria rural

Capítulo XC – Decadência do direito de renovação no contrato de locação de imóvel

1. Requisitos para a renovação, incluindo o prazo decadencial
2. Titularidade do direito
3. Procedimento judicial e a defesa do locador na ação renovatória
4. Indenização em favor do locatário

Capítulo XCI – Decadência no contrato de construção por empreitada

1. A construção por empreitada
2. Espécies de contratos
3. Prazo decadencial na responsabilidade por vícios de solidez ou segurança nas edificações
4. Prazo decadencial na responsabilidade por defeitos e imperfeições da obra

Capítulo XCII – A decadência e a prescrição no direito de falências

1. Situações que determinam a falência
2. A prescrição do título que ampara o pedido de falência
3. Suspensão do curso da prescrição
4. Não ocorrência da suspensão da prescrição no caso de créditos fiscais
5. Decadência do direito do credor não satisfeito no seu crédito e da condenação por prática de crime
6. A prescrição dos crimes falimentares
7. Atos ineficazes na falência e decadência da ação revocatória

Capítulo XCIII – A decadência e a prescrição no Código de Trânsito Brasileiro

Capítulo XCIV – A decadência no cadastro negativo do nome do devedor

Capítulo XCV – A decadência na ação rescisória

1. Prazo decadencial
2. O prazo no caso de intempestividade do recurso
3. O prazo nas decisões submetidas ao duplo grau de jurisdição
4. O prazo se o autor da ação não foi citado na ação rescindenda

5. O prazo na rescisória visando desconstituir parte da sentença ou do acórdão
6. O prazo se não promovida a citação para efeitos de interromper a prescrição
7. O prazo se promovida a ação com base em prova cuja falsidade tenha sido provada em processo criminal ou em documento novo
8. O prazo se o trânsito em julgado ocorreu em momentos distintos
9. O prazo que finda em dia não útil
10. O prazo na revelia do réu
11. Não suspensão do prazo decadencial

Capítulo XCVI – A decadência no contrato de franquia

Capítulo XCVII – A caducidade e a prescrição nos direitos de autor

1. Tipos de direitos de autor
2. O prazo de proteção e a caducidade dos direitos de autor
3. O prazo de prescrição

Capítulo XCVIII – A caducidade e a prescrição na propriedade industrial e no nome empresarial

1. Abrangência da propriedade industrial
2. O prazo da prescrição
3. Prescrição no nome empresarial
4. Caducidade na propriedade industrial

Capítulo XCIX – A decadência no direito tributário

1. Conceito de decadência tributária
2. Constituição do crédito tributário e decadência
3. Lançamento tributário e decadência
4. O prazo decadencial e seus termos iniciais
5. Constituição do crédito tributário pelo depósito judicial e pelo lançamento
6. A decadência da penalidade pecuniária
7. O prazo decadencial das contribuições previdenciárias
8. Interrupção do prazo decadencial e decadência do direito de o Fisco revisar lançamento anteriormente realizado
9. Suspensão do prazo decadencial
10. Reconhecimento da decadência *ex officio*
11. Constituição do crédito tributário previdenciário pela Justiça do Trabalho

Capítulo C – A prescrição no direito tributário

1. A prescrição na perspectiva do direito tributário
2. Regras tributárias sobre a prescrição e o prazo
3. O efeito da prescrição e o termo inicial do prazo
4. Interrupção da prescrição tributária
5. Suspensão da prescrição tributária
6. Reconhecimento da prescrição *ex officio*

7. Da prescrição intercorrente
8. Prescrição para promover a ação anulatória de lançamento de débito fiscal
9. A não influência do prazo de pagamento na contagem do prazo prescricional

Capítulo CI – Decadência e prescrição para o exercício do direito à repetição do indébito no direito tributário

1. Regime jurídico próprio da decadência e da prescrição na repetição de indébito
2. O prazo para a restituição e o seu início
3. Identificação da natureza do prazo decadencial ou prescricional
4. A opção para definir a decadência ou a prescrição no reconhecimento do indébito
5. Prescrição do direito para anular a decisão administrativa que denega a restituição
6. A tese dos “cinco mais cinco anos”
7. Inaplicabilidade do art. 882 do Código Civil
8. tributo instituído por lei declarada inconstitucional e o prazo prescricional para repetição do indébito

Capítulo CII – Prescrição e decadência no direito previdenciário

1. Aspectos introdutórios e conceituais
2. As contribuições sociais e sua destinação assistencial
3. Benefícios de prestação continuada e a incidência da prescrição unicamente no que tange às prestações
4. Decadência dos direitos e prescrição das prestações
5. Fundo de direito, benefícios previdenciários, prescrição e decadência
6. Especificamente quanto à decadência das ações que visam à revisão do benefício previdenciário
7. Desaposentação e prazo decadencial
8. Suspensão e interrupção do prazo prescricional
9. Decadência do direito da Previdência Social em anular os seus atos administrativos
10. Prescrição das ações referentes à prestação por acidente do trabalho
11. Prazo prescricional da ação regressiva da Previdência Social em face dos responsáveis pelo acidente do trabalho

Capítulo CIII – A prescrição e a decadência nos títulos de crédito

1. A incidência da norma geral do Código Civil
2. Da prescrição das notas promissórias e letras de câmbio
3. Da prescrição do cheque
4. Da prescrição da duplicata
5. Da prescrição dos títulos representativos de mercadorias
6. Da prescrição dos títulos de crédito com garantia real ou privilégio especial
7. A prescrição das cédulas hipotecárias habitacionais e das cédulas de crédito bancário
8. Da prescrição dos títulos de crédito rural no agronegócio e com lastro em direitos creditórios
9. Da prescrição dos títulos com lastro ou garantia imobiliária

10. Da prescrição relativamente às ações e debêntures das sociedades anônimas

Capítulo CIV – Prescrição e decadência no direito do trabalho

1. Aspectos introdutórios e conceituais da prescrição
2. O prazo
3. Ato único, prescrição total e parcial
4. As regras do Código Civil aplicáveis à prescrição trabalhista
5. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a decadência
6. A prescrição intercorrente
7. Readmissão, reintegração e recontração do empregado, e suspensão e interrupção do contrato de trabalho diante do prazo prescricional
8. Termo inicial do prazo prescricional
9. A prescrição relativa aos empregados domésticos
10. A decadência no direito do trabalho

Bibliografia